Serviço Social, Trabalho e Reprodução

Sergio Lessa - professor da UFAL e membro da editoria da revista Crítica Marxista.

[Revista Serviço Social e Movimento Social - EDUFMA, Universidade Federal do Maranh, v. 2, n.2, p. 7-29, 2000]

Boa parte das atenções do Serviço Social, hoje, concentra-se na investigação da sua relação com o trabalho. Tanto porque a "reestruturação produtiva" em curso modifica algumas das formas de trabalho que conhecemos, como também porque tem aberto novos campos de emprego aos assistentes sociais e lançado alguns novos desafios e perspectivas para o desenvolvimento profissional. Ainda que alguns textos tenham sido publicados acerca desta questão, e mesmo sendo verdade que as teorizações estão longe de serem tão homogêneas, podemos dizer, sem estarmos longe da verdade que, no debate atual, se apresentam, grosso modo, duas perspectivas. De um lado aqueles que postulam ser o Serviço Social "trabalho" (ou "processo de trabalho"), de outro aqueles, entre os quais nos colocamos, que defendem a tese oposta, segundo a qual o Serviço Social não é trabalho.

Já argumentamos, em "Serviço Social e trabalho: de que se trata?"¹, que esta polêmica possivelmente assinala uma alteração na relação do Serviço Social com o restante das Ciências Humanas e, também, que a identidade entre trabalho e atividades como o Serviço Social é rigorosamente incompatível com a centralidade ontológica do trabalho descoberta por Marx. Neste artigo, não retomaremos nenhum desses argumentos de forma substantiva; nos deteremos em um outro aspecto, também fundamental, da atual polêmica: a necessária conexão e a insuperável distinção entre reprodução e trabalho. Argumentaremos, com a extensão apropriada a um artigo, que o Serviço Social é uma mediação peculiar à reprodução social e, nesta medida e sentido, é um complexo social ontologicamente distinto e insuperavelmente articulado ao trabalho². Para tanto, faremos um breve exame da categoria trabalho e exploraremos seu caráter fundante para com diversos complexos centrais à reprodução social, mostrando ao mesmo tempo a insuperável articulação e a ineliminável diferença entre eles.

1. Trabalho

¹ Rev. Temporalis, ano I, n.2, jul-dez 2000, ABEPSS.

² Para os que conhecem a dissertação de Gilmaisa Macedo, "XX" (UFPE, Serviço Social, 1998), não será difícil reconhecer o quanto nossa argumentação é devedora deste texto.

O único pressuposto de Marx é uma "constatação ontológica": os homens devem constantemente transformar a natureza para produzir os bens indispensáveis à sua reprodução. Neste sentido preciso, a natureza é a base ineliminável do mundo dos homens.

Esta dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas também é evidente que a história dos homens é muito mais que a sua reprodução biológica.

Esta simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza têm por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho os homens não apenas constroem a sociedade, como também se constroem enquanto indivíduos. No trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais. Nessa medida e sentido, o trabalho é uma categoria exclusiva do ser social.

As conexões ontológicas inerentes ao trabalho, como já discutimos em várias ocasiões³, são: 1) a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática; 2) esta capacidade de idealizar (isto é, construir na idéia) antes de objetivar (isto é, construir objetivamente) que possibilita a escolha entre as alternativas de cada situação e; 3) escolha feita, inicia-se a objetivação, que é sempre uma transformação da realidade; por isso toda objetivação produz uma *nova situação*, pois a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada).

Além de transformar o mundo objetivo, o trabalho tem, também, uma outra consequência necessária e fundamental: ao seu término o indivíduo já não é mais o mesmo que do início, pois ele se transforma ao operar a objetivação. Isto significa que, ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam - pois, imediatamente, adquirem sempre *novos* conhecimentos e habilidades. Esta nova situação (objetiva e subjetiva, bem entendido) faz com que surjam novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las (o indivíduo possui conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente e, além disso, possui, por exemplo, um machado para auxiliá-lo na construção da próxima ferramenta). Estas novas necessidades e novas possibilidades impulsionam o indivíduo em direção a novas prévias ideações e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão origem a novas situações que farão surgir novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim por diante.

³ Lessa, S. "A centralidade ontológica do trabalho em Lukács", Serviço Social e Sociedade, n. 52, 1996; "Reprodução e Ontologia em Lukács", Trans/formação, UNESP/Marília, 1994; *A Ontologia de Lukács*, EDUFAL, 1997 e *Trabalho e Ser Social*, EDUFAL, 1997.

Em outras palavras, toda nova situação criada pela objetivação possui uma dimensão social, coletiva. Não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, o qual abre novas possibilidades para o desenvolvimento de toda a sociedade. Não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, evoluiu. O objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, uma ineliminável dimensão social: ele tem por base a história passada e faz parte da vida da sociedade. Em última análise, ele faz parte da história dos homens de um modo em geral.

Três aspectos deste complexo processo são decisivos para a compreensão do ser social:

1) O objeto construído, no caso do trabalho, consubstancia sempre uma transformação de um pedaço da natureza. A objetivação, portanto, não significa o desaparecimento da natureza, mas a sua transformação no sentido desejado.

2) A prévia ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, a uma necessidade concreta. Portanto, ela possui um fundamento material último que não pode ser ignorado: nenhuma prévia ideação brota do nada, ela é sempre uma resposta a uma dada necessidade que surge em uma situação determinada. Ela é sempre historicamente determinada.

3) Como toda objetivação origina uma *nova situação*, a história jamais se repete. E, pela mesma razão, toda objetivação - e todo ato de trabalho, portanto - possui um inequívoco caráter histórico-social.

Voltemos agora nossa atenção para um outro aspecto desse processo, a produção social do conhecimento. Vimos que, ao transformar o real, o indivíduo também se transforma, pois ele adquire novas habilidades e novos conhecimentos.

Este processo de autoconstrução humana possui uma determinação fundamental. Ainda que seus elementos mais simples sejam os atos concretos, teleologicamente postos, dos indivíduos em situações históricas determinadas - o processo global de desenvolvimento é puramente causal, ou seja, não exhibe qualquer traço de teleologia. Para resumirmos uma longa questão, a história, justamente por se a síntese (e não a justaposição) dos atos singulares, produz em seu movimento qualidades que não estão presentes nos atos singulares. Nos referimos aqui a uma particularização de um fato ontológico mais geral: a diferença ontológica entre a totalidade e a singularidade. A totalidade contém não apenas as singularidades, mas também as relações que se desdobram (processualmente, sempre) entre estas mesmas singularidades. O fato de a totalidade conter mais do que os singulares (pois, contém também as relações entre eles) é o fundamento último de a síntese produzir determinações que não estão presentes nos singulares tomados isoladamente.

No caso do mundo dos homens, como a totalidade da história é a inter-relação causal dos atos singulares que se sintetizam tendências sócio-genéricas, o caráter teleológico presente nos atos singulares se objetiva em pura causalidade na

reprodução social. Temos aqui, aparentemente, um paradoxo; contudo ainda que de forma simplificada esta situação pode ser compreendida se nos dermos conta que, por exemplo, o indivíduo que objetivou o machado pode desaparecer e o machado continuar existindo. O mesmo pode acontecer com as sociedades. Quantos objetos de civilizações passadas subsistiram aos seus criadores? Isto significa que o machado possui uma sua história, uma evolução própria, que pode mesmo se prolongar muito depois de seus criadores já terem morrido. Ou, em outras palavras, a história do machado não está contida na consciência do seu criador. Por mais que o indivíduo cuide da sua criação, ela pode evoluir num sentido diferente -- às vezes mesmo oposto -- àquele desejado. O machado pode, para permanecer com nosso exemplo, quebrar no momento que ele seria mais necessário; ou então, pode levar a descobertas de novas possibilidades para a evolução social que seu criador jamais poderia suspeitar.

Esta independência da realidade frente à consciência -- mesmo daquela porção da realidade produzida pelos homens -- existe porque todos os atos de trabalho constroem objetos que são distintos de nós e de nossas consciências. Ou seja, há a esfera subjetiva, a consciência e, de outro lado, o mundo objetivo. Este último evolui movido segundo causas que lhe são próprias -- e esta esfera puramente causal é denominada *causalidade*. A causalidade possui um princípio próprio de movimento que opera na absoluta ausência de consciência -- ainda que a consciência possa, através da objetivação, interferir neste movimento. Em outras palavras, idéia e causalidade, consciência e objetos produzidos pelo trabalho, são ontologicamente distintos e, por isso, a história resultante do agir humano é puramente causal, não exibindo nenhuma dimensão teleológica em seu desdobramento.⁴

Esta distinção fundamental entre a consciência que opera a teleologia e o mundo objetivo puramente causal é o fundamento para que a história, em seu movimento global, resulte em conseqüências muito distintas - por vezes mesmo opostas - ao almejado pelos indivíduos.

Voltaremos em seguida a esta questão. O que agora faremos é esclarecer através de quais mediações podem os homens conhecer uma realidade ontologicamente distinta de suas consciências. Há várias conexões ontológicas que operam neste complexo, uma delas é o que Lukács denominou de *intentio recta*. O seu fundamento está em que, para que o trabalho tenha êxito, é necessário que o indivíduo (e, com as devidas mediações, a sociedade) possua o conhecimento mínimo indispensável para a transformação desejada da realidade. Para que o ato de trabalho alcance seu objetivo, é necessário o conhecimento que possibilite escolher os meios da realidade que são adequados à objetivação da prévia ideação. Conhecer estes meios

⁴ Discutimos este complexo de problemas e alguns dos seus desdobramentos teóricos em *Sociabilidade e Individuação* e *Trabalho e Ser Social*, ambos pela EDUFAL, 1995 e 1997 respectivamente.

é, pois, imprescindível. Não há ato de trabalho bem sucedido que não se baseie em um conhecimento adequado da realidade que transformou.⁵

Contudo, este conhecimento "adequado" é adequado à finalidade (sempre particular, limitada) do ato em questão. Por exemplo, para um homem pré-histórico fazer um machado era imprescindível que ele conhecesse a madeira e a pedra o suficiente para distinguir um do outro e do resto da natureza. Era necessário que ele conhecesse as madeiras e as pedras o suficiente para que pudesse escolher a melhor pedra e o melhor pedaço de madeira. Contudo, para fazer este machado primitivo, não era indispensável que ele conhecesse o fato de que a madeira e a pedra são compostas por átomos. O conhecimento dos átomos é indispensável para uma transformação muito mais intensa e desenvolvida da natureza, como a que ocorre nos reatores atômicos, mas o homem pré-histórico poderia perfeitamente construir o machado sem este conhecimento.

Portanto, todo ato de trabalho requer o conhecimento do setor da realidade a ser transformado, mas esta necessidade não significa conhecer *tudo* da realidade, mas apenas os aspectos diretamente envolvidos no ato de transformação. Ou seja, temos que conhecer a realidade para que o trabalho seja possível, contudo todo conhecimento é marcado pelos objetivos e necessidades que dirigiram a investigação da realidade - é historicamente determinado.

Em poucas palavras, a consciência deve refletir a realidade para ser capaz de produzir um conhecimento "adequado". Por isso, ao investigar a realidade, é da máxima importância que a consciência possa construir uma idéia que reflita o real do modo mais fiel possível. Contudo, o reflexo é condicionado pelas necessidades e pelos objetivos que orientam a investigação. O reflexo jamais poderá ser um reflexo fotográfico, mecânico, da realidade. Ele é sempre uma construção da consciência, uma atividade da consciência. Esta atividade da consciência é a apropriação das propriedades da realidade segundo as necessidades e objetivos do momento. E como essas necessidades e objetivos surgem ao longo da história, todo reflexo do real é historicamente condicionado.⁶ A *intentio recta* de Lukács é precisamente este impulso ao reflexo "adequado" do real na consciência que brota do próprio trabalho.

Portanto, a distinção ontológica entre a consciência, a idéia e a realidade objetiva não impede que esta seja apropriada pela consciência sob a forma de conhecimento. E a consciência pode conhecer a causalidade porque, ao transformá-la pelo trabalho, pode verificar a validade e a veracidade dos seus conhecimentos. O

⁵ Sobre a *intentio recta*, cf. Henriques, S. "Notas sobre a relação entre ciência e ontologia", Temas n. 4, Ed. Ciências Humanas, 1978; Lessa, S. *A Ontologia de Lukács*, EDUFAL, 1997.

⁶ Sobre a categoria do reflexo ver Lukács, *Ontologia*, pp. e Lessa, S. *Trabalho e Ser Social*, em especial capítulo "Trabalho e Conhecimento", Edufal, 1997.

trabalho, ao sintetizar idéia e matéria, permite que a consciência se aproprie das características da objetividade, num constante movimento de aproximação.

O novo conhecimento adquirido ao longo de cada objetivação é generalizado, de modo a se transformar em um conhecimento útil nas situações as mais diversas. Por exemplo, na medida em que o indivíduo constrói machados, ele aprende qual é melhor tipo de pedra. Isto lhe permite distinguir as pedras duras das menos resistentes, as pesadas das mais leves, etc. Do conhecimento imediatamente útil para a produção do machado, evolui-se para um conhecimento da natureza das pedras em geral e, por esta mediação, para um conhecimento da natureza como um todo. De um conhecimento singular e imediato passa-se, com todas as mediações devidas caso a caso, a um conhecimento cada vez mais abrangente, genérico.

Este é um dos níveis de generalização do conhecimento: um conhecimento de um caso singular (construção de um machado) se transforma em um conhecimento genérico de uma parcela muito mais abrangente do real e, assim, pode ser útil nas circunstâncias as mais diversas. Mas há, também, um outro processo de generalização: os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio comum a toda a sociedade. Em mais ou menos tempo, dependendo do caso, os novos conhecimentos se generalizam a todos indivíduos. O que era conhecido de apenas um indivíduo torna-se patrimônio de toda a humanidade.

Estas duas generalizações são os processos fundamentais da produção social do conhecimento a partir do trabalho. E elas expressam, de um outro aspecto, o fato de todo ato de trabalho possuir uma ineliminável dimensão genérico-social. Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta de toda a sociedade. Em terceiro lugar, podemos agora acrescentar, os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se conhecimentos universais aplicáveis às situações as mais diversas e tornam-se patrimônio de toda a humanidade.

Este conhecimento, voltado a desvelar o real enquanto tal, e que se generaliza nos dois sentidos acima assinalados, está na origem do complexo social que denominamos hoje ciência. Sua função social é refletir o existente na consciência de tal modo a tornar possível a sua transformação no sentido das necessidades humanas que vão sendo gestadas ao longo da história.

Não apenas por estas razões (veremos que ainda há outras) toda e qualquer ação dos indivíduos têm uma dimensão social. Suas conseqüências influenciam não apenas a vida do indivíduo, mas também de toda a sociedade. Ao transformar a natureza pelo trabalho o indivíduo, pelo mesmo ato e concomitantemente, participa ativamente do seu desenvolvimento enquanto individualidade e do desenvolvimento da humanidade como um todo.

Refaçamos nosso percurso até aqui: afirmamos que trabalho e reprodução são categorias ao mesmo tempo articuladas e distintas e que o Serviço Social é um complexo da reprodução. Iniciamos a demonstração dessa tese investigando como, ao transformarem a realidade pelo trabalho, os homens concomitantemente também se constroem enquanto seres humanos. Neste processo há a necessidade intrínseca do conhecimento que possibilita a transformação da causalidade nos produtos necessários à sociedade. A necessidade por este conhecimento, que surge na esfera do trabalho, está na origem da ciência. Transformação da natureza pelo trabalho, transformação dos indivíduos e da sociedade neste processo, gênese e desenvolvimento do pensamento científico são complexos sociais que, mesmo nesta análise ultra-simplificada, já se apresentam como determinações reflexivas, ou seja, apenas existem na e pela relação com os outros. Formam uma totalidade e apenas existem enquanto partícipes desta totalidade, a qual não pode ser outra coisa senão a síntese das interações destes complexos entre si.

O que temos, até agora, portanto, é a demonstração de alguns momentos (certamente poucos) pelos quais, a partir do ato do trabalho (transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social), temos a produção de muito mais do que o objeto imediatamente produzido. Para ficarmos com nosso exemplo, temos a produção de conhecimentos que se generalizam em teorias muito mais abrangentes que a mera produção imediata do machado, temos a transformação dos indivíduos e, com todas as mediações, temos também a transformação das relações dos indivíduos com a natureza e dos indivíduos entre si. Em suma, temos a transformação (em maior ou menor grau, conforme o caso) da totalidade social.

Estes poucos exemplos, esperamos, permitem que se perceba como o ato de trabalho, pela sua própria dinâmica, remete sempre para além de si próprio, produz muito mais do que sua finalidade imediata. É isto que permite a Marx afirmar que os homens, ao transformarem a natureza, transformam também a si próprios enquanto indivíduos e enquanto sociabilidade, construindo, deste modo, a história enquanto autoconstrução humana.

O que nos importa, deste quadro conceitual, é o fato de o trabalho fundar categorias e processos sociais que lhe são distintos. Tais categorias e processos não poderiam vir a ser se não fossem fundados pelo trabalho; tais categorias e processos têm seus desenvolvimentos predominantemente determinados pelo trabalho e, apesar de toda esta insuperável conexão com o trabalho, são a ele distintos. E é esta simultânea distinção e articulação com o trabalho que caracteriza os complexos sociais que compõem a reprodução social. Vamos, então, à reprodução.

2. A reprodução

Se o trabalho é uma "condição eterna"⁷ do ser social, isto não atenua em nada o fato de ser ele sempre historicamente determinado. Antes, pelo contrário, justamente por estar presente em todas as formações sociais incorpora as determinações históricas predominantes a cada momento. Em outras palavras, para Marx, o *universal* e o *singular* são dimensões da história e portanto são igualmente reais.⁸

Trocando em miúdos, e voltando ao tema, o trabalho apenas existe enquanto "condição eterna" porque parte integrante (portanto, movida e motora) da história. As conexões e categorias que operam nesta articulação entre o trabalho enquanto "condição eterna" e suas formas historicamente particulares é a reprodução. Se o trabalho funda a reprodução é porque recebe dela a sua particularidade histórica; ou seja, em outras palavras, não há trabalho que não seja partícipe da reprodução do mundo dos homens, dela recebendo suas particularizações históricas e, concomitantemente, pela mesma determinação reflexiva, não há reprodução que não tenha no trabalho seu momento fundante. Este é o sentido preciso de dizer que trabalho e reprodução são uma determinação reflexiva.

Isto mencionado, fica evidente que o estudo da reprodução possui na história das formações sociais um momento decisivo. Vamos, pois, à ela.

Com base na antropologia, na arqueologia e na história, argumenta Lukács que os homens primitivos, ao surgirem na face da Terra, foram os herdeiros da primitiva organização social dos primatas⁹, seus antepassados biológicos.

A característica básica desta organização social era a coleta de alimentos (vegetais e pequenos animais) diretamente da natureza. Como a atividade de coleta depende da disponibilidade natural de alimentos, ela é muito pouco produtiva. Por

⁷ Marx, K. *O Capital*. Vol I, tomo I, Abril Cultural, S. Paulo, 1983, pp. 153. A expressão completa de Marx é "condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza (*allgemeine Bedingung des Stofwechsels zwischen Mensch und Natur*), condição natural eterna da vida humana (*Naturbedingung des menschlichen Lebens*) e, portanto independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais".

⁸ Temos aqui uma importante questão que apenas podemos mencionar nesta nota: tornar o universal histórico, partícipe da história, é uma dos momentos mais significativos da ruptura de Marx com a tradição filosófica que o antecedeu. Tocamos neste aspecto em *Trabalho e Ser Social* (Edufal, 1997), principalmente na Introdução.

⁹ A investigação sobre a origem da espécie humana é um dos aspectos da história, da arqueologia e da antropologia que mais tem avançado nos últimos anos. O conhecimento que possuímos é ainda fragmentado, e com certeza será muito modificado no futuro. Todos os indícios levam a crer, contudo, que os homens surgiram na África a partir da evolução de um primata muito primitivo denominado *Rhamaphithecus*, que deu origem ao *Australophithecus* que, por sua vez, deu origem aos primeiros homens, o *Homo Erectus*. Cf. Leakey, R. *A Origem da Espécie Humana*. Ed. Record, S. Paulo, 1999.

isso a organização social não poderia evoluir para além de pequenos bandos que migravam de um lugar a outro à procura de comida.

Pequenos bandos migratórios: esta a primeira forma humana de organização social. Como a produtividade era muito pequena, e todos normalmente passavam fome, não havia qualquer possibilidade econômica de exploração do homem pelo homem. Era uma sociedade tão primitiva que sequer conhecia as classes sociais.

Contudo, o trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo neste ambiente primitivo. Ao coletarem os alimentos os homens iam conhecendo a realidade, e este conhecimento era generalizado e divulgado por todos os membros do grupo. Com o tempo, estes bandos foram capazes de produzir ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente em que viviam. Com o desenvolvimento das forças produtivas, puderam aumentar de tamanho e se complexificaram: indivíduos e sociedade já naquele momento estavam em permanente evolução. E esta evolução levou a uma primeira grande revolução da capacidade humana em transformar a realidade: a descoberta da semente e da criação de animais.

Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, pela primeira vez os homens tiveram a possibilidade de produzir mais do que necessitavam para sobreviver. Pela primeira vez na história humana surgiu um excedente de produção e, com ele, a possibilidade de acumulação de riquezas. Ou seja, passou a ser economicamente vantajoso explorar um outro indivíduo. Este é o fundamento material da origem da exploração do homem pelo homem.

A exploração do homem pelo homem introduziu algo novo nas relações sociais. Pela primeira vez as contradições sociais se tornam *antagônicas*, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante explora os trabalhadores, estes lutam contra a exploração.

As primeiras sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem foram as escravistas e as "asiáticas". Como foi da linha histórica evolutiva que se inicia com o escravismo que surgiu o capitalismo, deixaremos de lado o modo de produção asiático.

As sociedades escravistas (as principais foram a Grega e a Romana) se caracterizam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores de escravos e os escravos. Já que toda a produção dos escravos pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. Por isso, durante o escravismo o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização da produção se desenvolveu muito lentamente¹⁰; e a única forma de aumentar a riqueza dos senhores de escravos era aumentar a quantidade de escravos pela conquista de enormes impérios.

O aumento do número de escravos terminou por trazer novos problemas à sociedade. Em Roma, havia mais de 700 escravos para cada senhor de escravo, e se

¹⁰ A exceção digna de nota é o exército, único setor de Roma que conhecia o trabalho assalariado.

todos os escravos de revoltassem não haveria suficiente senhores de escravos para enfrentá-los. Para reprimir a luta dos escravos contra a exploração, os senhores de escravos criaram o Estado (o complexo social composto pelo funcionalismo público, pelo exército e pelo Direito). O conjunto formado por estes instrumentos especiais de repressão é o Estado. O Estado, por determinação genética, é essencialmente um "comitê executivo"¹¹ da classe dominante para a defesa dos seus interesses históricos contra a revolta dos explorados.

O poder dos senhores de escravos tinha, no entanto, um limite histórico. O necessário aumento do número de escravos provocou o indispensável crescimento do aparelho estatal-repressivo, até que seus custos se tornaram excessivos para a reprodução daquela forma de sociabilidade. Os impostos se tornaram tão caros que os senhores de escravos já não tinham como pagá-los, e as despesas com soldados e funcionários públicos não podiam ser atendidas. Com isto diminuiu a eficiência militar e as revoltas e as invasões das fronteiras aumentaram. A decorrente desorganização do comércio diminuiu ainda mais o lucro dos senhores de escravos, e havia ainda menos recursos para o pagamento dos soldados e dos funcionários públicos, potencializando a crise política e militar e desestruturando ainda mais a economia. Este círculo vicioso levou, em Roma, ao final do escravismo.

O escravismo, pelo seu próprio desenvolvimento, gerou contradições que resultaram em uma longa transição para o novo modo de produção, o feudalismo. O que caracterizou este processo de transição foi, em primeiro lugar, a ausência de uma classe revolucionária. Naquela situação histórica, os conhecimentos que os homens tinham da natureza, de si próprios e da história eram tão primitivos que não havia possibilidade de surgir uma classe com consciência histórica para liderar a transição da velha sociedade para uma nova. A transição foi caótica, fragmentada e lenta, e o novo modo de produção, o feudalismo, se estruturou de modo muito diferenciado de lugar para lugar.

Sua principal característica foi a organização da extração do trabalho excedente em unidades auto-suficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações militares para defesa. O trabalho no campo era realizado pelos servos que, diferentes dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas

¹¹ Há uma aguda discussão acerca desta acepção marxiana. Entre nós, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, tem afirmado a necessidade de um conceito ampliado do Estado que dê conta da complexificação da relação Estado-sociedade civil devido à correspondente complexificação das relações sociais. Sem negar que a sociedade tem se complexificado com o desenvolvimento do capitalismo, nos parece contudo que este desenvolvimento tem tornado ainda mais direta e explícita a subordinação do Estado ao capital, fundamentalmente porque o desenvolvimento deste têm possibilitado a explicitação cada vez mais imediata das necessidades globais da reprodução ampliada do capital no confronto com as suas partes constituintes. Cf. Coutinho, C. N. *Marxismo e Política*. Ed. Cortez, S. Paulo, 1994; para uma visão da segunda tese cf. Mézsáros, *Para Além do Capital*, op. cit. e Tonet, I. *Democracia ou Liberdade?*, Edufal, 1997.

e de uma parte da produção. A maior parte da produção ficava com o senhor feudal, o proprietário da terra e também líder militar. O senhor feudal não poderia vender a terra ou expulsar o servo; este, em contrapartida, não poderia abandonar o feudo. O servo estava ligado à terra, e o senhor feudal, ao feudo.

Diferente do escravismo, já que os servos ficavam com uma parte da produção eles se interessavam em aumentá-la. Por isso desenvolveram novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, melhoraram as sementes, aprimoraram as formas de preservação do solo e em pouco tempo a produção voltou a crescer e, graças também à melhor alimentação, a população aumentou. Alguns séculos após, o aumento da produção e da população levou o feudalismo, também, ao seu "beco sem saída": possuía mais servos do que comportava e produzia mais do que conseguia consumir, sem que, claro, produzisse cada feudo todos os produtos que necessitava.

Frente à crise, os senhores feudais violaram os costumes e expulsaram do feudo os servos que estavam sobrando. Como todo mundo estava produzindo mais do que necessitava, todos tinham o que trocar, e os ex-servos passaram a se dedicar ao intercâmbio dos produtos excedentes. Deste modo, pelas vias as mais variadas em cada lugar da Europa, entre os séculos XI e XIV, voltou a florescer o comércio e as cidades se desenvolveram. Com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses.¹²

A expansão da burguesia continuou entre os séculos XIII e XVII e o comércio local se estendeu à toda a Europa. Em seguida, descobriu a África, o caminho marítimo para as Índias e para as Américas e articulou um mercado mundial. No século XVIII, com base no mercado mundial e no desenvolvimento das forças produtivas, realizou a Revolução Industrial. Com ela a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e se explicitaram as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.

A sociedade burguesa marcou o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens. No capitalismo as relações sociais são, antes de qualquer coisa, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se, para um burguês se enriquecer ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria -- ou mesmo matar milhões -- ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará este fato como natural: burro o burguês que deixar de ganhar dinheiro para promover o bem estar alheio.

¹² Sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, bem como sobre o desenvolvimento deste, um belo texto introdutório permanece sendo Huberman, L. *História da Riqueza do Homem*, Zahar Editores, Rio de Janeiro; apesar da evidente desatualização de seus capítulos finais.

Esta relação do indivíduo com a sociedade, na qual cada um concebe a coletividade como instrumento para a acumulação de seu capital privado, é o individualismo burguês, tão característico da vida social dos nossos dias.

Uma segunda característica importante da sociedade burguesa é que a exploração dos trabalhadores é feita segundo as leis econômicas do mercado. Estas "leis do mercado" são leis capitalistas. Elas reduzem tudo, inclusive a força de trabalho dos homens, a mercadorias. A força de trabalho de todos nós é avaliada pelo mesmo critério de mensuração de qualquer mercadoria. Como a mercadorias são coisas, não são pessoas, o valor da força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador. O trabalhador é gente e não mercadoria; mas como ao capital o que importa são apenas as mercadorias e não as pessoas, o "humano" da força de trabalho é completamente desprezado.

Relevado o esquematismo inevitável em exposição tão sintética, temos aqui alguns elementos indispensáveis para avançarmos no estudo da reprodução social, das suas conexões e das suas distinções para com o trabalho.

Segundo Marx e Lukács, a história demonstra que a reprodução social segue algumas tendências gerais:

1) Há uma tendência de fundo para a constituição de relações sociais cada vez mais genéricas, que abarcam uma porção cada vez maior da humanidade. A humanidade evoluiu dos pequenos bandos para sociedades cada vez maiores, que articulam um número crescente de indivíduos. Com o desenvolvimento do capitalismo, estas sociedades foram por fim articuladas no mercado mundial, de tal modo que, nos dias de hoje, a humanidade está efetivamente integrada em uma vida social comum. Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história.

2) A segunda tendência é a constituição de sociedades cada vez mais internamente heterogêneas, complexas. De uma situação inicial na qual as únicas diferenças importantes entre os indivíduos eram o sexo e idade, a evolução passou por uma divisão de trabalho cada vez mais intensa, pelo surgimento das classes sociais e pela sucessão, ao longo do tempo, de modos de produção diversos. O desenvolvimento do ser social significa crescente complexificação interna das sociedades.

3) A terceira tendência é o fato de a vida social mais desenvolvida exigir que os indivíduos também se complexifiquem. Para que isto seja possível, os indivíduos têm que se desenvolver cada vez mais enquanto personalidades: o singular biologicamente dado se eleva a uma singularidade social cada vez mais ricamente mediada¹³. A existência de indivíduos cada vez mais desenvolvidos, por sua vez, é uma das condições para que a sociedade continue na sua evolução.

¹³ Tratamos deste complexo em *Sociabilidade e Individuação*, op. cit.

Em suma, quanto mais as formações sociais se desenvolvem, duas tendências de fundo se apresentam, sempre enquanto determinações reflexivas: 1) articula-se cada vez mais intensamente a vida dos indivíduos em uma história genérica, e 2) aumenta a heterogeneidade, tanto de cada formação social como também na constituição interna de cada individualidade, dando origem a diferentes e novas relações, instituições e complexos sociais.

Em poucas palavras: para articular a vida de todos os indivíduos em uma única história o desenvolvimento social necessitou de um elevado número de novos complexos sociais, de novas mediações, que o tornaram muito mais contraditório, diferenciado e heterogêneo se comparado com o seu ponto de partida. A crescente heterogeneidade, portanto, não apenas não se contrapõe, como é uma necessidade para o desenvolvimento de relações sociais crescentemente genéricas que articulam o destino de cada indivíduo ao destino de toda a humanidade.¹⁴

Ou seja, quanto mais diferenciada for internamente uma sociedade, quanto maior a variedade de relações sociais que ela contenha, mais densa será a articulação das vidas individuais com a história genérica. Quanto mais unitário for o mundo dos homens, maiores e mais complexas serão as mediações que operam no seu interior: unitariedade e homogeneidade não são excludentes em se tratando do mundo dos homens (ainda que não apenas nele, mas sobre isso não podemos nos deter aqui).

3. Trabalho e Reprodução

Esclarecimentos preliminares feitos, podemos, agora, nos debruçar sobre a questão central desse artigo: qual a diferença entre trabalho e reprodução social?

Sem qualquer dúvida estas duas categorias não existem cada uma por si: não há trabalho que não seja um ato de reprodução da sociedade e, por outro lado, sem o trabalho nenhuma reprodução social seria possível. São duas categorias ontologicamente articuladas e rigorosamente indissociáveis. Esta articulação tão íntima entre estas categorias faz com que, no estudo dos casos singulares da práxis social, muitas vezes não possamos distinguir, a não ser por uma análise muito particularizada, um ato de trabalho de um ato pertencente à esfera da reprodução social. Que um operário, um servo e um escravo, nas suas respectivas sociedades, "trabalhem" é algo que até agora não foi colocado em dúvida. Contudo, Sócrates na Grécia, Cícero em Roma, Tomás de Aquino no feudalismo e Sartre "trabalharam" no mesmo sentido que o operário, o servo e o escravo? E o que dizer de um professor ou de um assistente social? E as coisas tendem a se complicar ainda mais se passarmos à sociabilidade capitalista e pensarmos nas atividades de um professor ou de um

¹⁴ É esta situação de fundo que leva Lukács a afirmar que a forma genérica do desenvolvimento do ser social é a "identidade da identidade com a não-identidade". Sobre isso cf. Lessa, S. *A Ontologia de Lukács*. EDUFAL, 1997.

assistente social em lugares distintos como uma fábrica, instituições públicas ou, ainda, empresas privadas.

Ao enfrentarmos este tipo de questão, não raramente afirma-se de que o "modelo" marxiano de trabalho e reprodução "funciona" muito bem no plano teórico mais abstrato, mas demonstra uma total incapacidade para pensar estes exemplos mais "concretos". Novamente estaríamos, segundo alguns, frente ao caso em que a "teoria na prática é outra"; ou seja, aquilo que teria validade no plano da teoria mais abstrata não serviria para se pensar a realidade mais concreta. Daqui, ainda na esteira de algumas afirmações, decorreria a necessidade de se completar a "ontologia de Marx" com a "sociologia contemporânea": a ontologia serviria apenas para as questões mais abstratas enquanto a análise da realidade requer um instrumental metodológico e categorial que apenas poderíamos encontrar na abordagem sociológica mais particularizadora.¹⁵

Em se tratando de Marx e Lukács -- e este esclarecimento se faz necessário frente à enorme gama de "marxismos" que conhecemos --, uma teoria geral que não seja verdadeira nos casos particulares não tem qualquer validade, pela simples razão que o singular é uma dimensão tão concreta e tão real quando a universalidade mais genérica. Trata-se, entre o singular e o universal, de distintos graus de generalidade, e não de distintos graus de realidade. Assim, se uma teoria for genericamente válida ela deve ser também válida para todos os casos singulares, desde que não ignoremos as mediações particularizadoras que se fazem presentes em cada caso. Com todas as letras: se a abordagem ontológica não for capaz de contribuir para a compreensão dos casos singulares, não possuirá qualquer validade teórica; além do mais não possuirá qualquer possibilidade de servir a uma crítica revolucionária do mundo em que vivemos.

Dando uma cancha aos nossos "sociólogos"¹⁶, partiremos de um "caso". Uma montadora automobilística, em convênio com a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, contrata um professor de informática para um curso de especialização dos operários da linha de montagem do Passat para torná-los capazes de operar um novo modelo de torno. Para a seleção e acompanhamento dos operários que farão parte do curso é contratada uma assistente social. Este é um exemplo hipotético, mas situações semelhantes são cotidianamente vivenciadas por aqueles profissionais que atuam na "interface" (a expressão é deles, não minha) entre a

¹⁵ Os problemas metodológicos aqui apenas sugeridos tratamos com mais vagar em Lessa, S. "Em busca de um pesquisador(a) interessado(a) (O problema do método na Ontologia de Lukács)" ; Rev. Praia Vermelha, Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

¹⁶ Claro que há "sociólogos" e sociólogos. Aqui nos referimos aquele produto típico de nossas faculdades de sociologia, fortemente marcado pelo positivismo e pela sociologia norte-americana e que entende que a única dimensão efetivamente real do mundo é aquela que cabe nos seus estudos de caso.

fábrica, o sindicato, a CUT e os trabalhadores. Qual a diferença entre a práxis social do professor, do assistente social e do operário?

Do ponto de vista meramente formal, quase nenhuma. Todos os atos dos três profissionais são similares: partem de uma prévia ideação, a objetivam através de transformações do real e, ao final deste processo, temos algo anteriormente inexistente: uma nova situação, enfim, que vai exigir novas prévias ideações e objetivações. A ação de um operário quando pega uma chave de fenda para apertar um parafuso na linha de montagem, o ato de um professor ao preparar e dar uma aula, e a ação da assistente social ao planejar um roteiro de entrevistas e executá-lo -- são todos eles rigorosamente similares do ponto de vista de sua forma. Todos eles promovem uma síntese entre teleologia e causalidade através da objetivação.¹⁷

Do ponto de vista da "materialidade"¹⁸, e não meramente da forma, as diferenças são absolutamente secundárias. É verdade que os três profissionais trabalham em ambientes e com "ferramentas" distintos (uma linha de montagem e a chave de fenda, uma sala de aula e um giz, uma sala de entrevistas e um formulário, etc.) e produzem "coisas" distintas (um carro, uma aula e uma seleção dos operários, etc.). Contudo estas distinções perdem força se levarmos em consideração que, ao transmitir ao operário um dado conhecimento que será utilizado na montagem do carro, a ação do professor possui uma interferência empiricamente sensível no processo produtivo. "Aquela" produção do carro não poderia ocorrer sem que o professor ministrasse "aquela" aula, de tal modo que não é um absurdo considerar a aula como indispensável ao processo de produção do carro. Nesta exata medida e sentido, a objetivação da aula é um momento do processo de produção do automóvel e, assim, a distinção entre a práxis do operário na linha de montagem e a do professor em sala de aula desaparece quase totalmente.

Algo análogo pode ser dito da ação da assistente social: tal como a aula do professor, sua atuação também é fundamental para que a transmissão do conhecimento requerida à produção seja bem sucedida. Neste sentido, para que a nova técnica seja assimilada na linha de produção do carro sua atuação profissional se faz necessária. Por esta mediação, tal como a do professor, a práxis da assistente social também interfere de modo empiricamente sensível no processo produtivo e portando seria dele parte integrante.

Há ainda um outro aspecto em que as três práxis são rigorosamente equivalentes: todas elas são trabalho assalariado, portanto são trabalho abstrato, não importando aqui se o salário vêm do Sindicato, da CUT ou da fábrica. Todos os três

¹⁷ É isto que leva Lukács a afirmar ser o trabalho a "protoforma" da práxis social Cf Lukács, *Per uma Ontologia dell'Essere Sociale*, Ed. Riuniti, Roma, 1981, pp. 594-5 e 610.

¹⁸ Materialidade entre aspas pois nos referimos àquela concepção ingênua e mecanicista da realidade que desconhece a força material (portanto, a dimensão material) das idéias no mundo dos homens.

profissionais são "trabalhadores" no sentido mais comum: vendem as suas forças de trabalho em troca de um salário.

Portanto, nem do ponto de vista formal, nem do ponto de vista da "materialidade", nem do ponto de vista das "relações de trabalho" podemos estabelecer uma clara distinção entre elas. No plano "sociológico, empírico", isto é, na aparência imediata de cada ato, não há efetivamente qualquer "diferenciação" fundamental. O que leva o nosso pesquisador "sociológico" a afirmar serem idênticas as atividades do professor, do assistente social e do operário: todas elas seriam trabalho.

Contudo, para além desta dimensão aparente¹⁹, apenas o operário "trabalha"; e se o termo "assalariado" (no sentido preciso de tanto o professor, como o operário e a assistente social serem explorados pelo capital e, portanto, serem práxis humanas reduzidas à mera força de trabalho) pode ser empregado para os três profissionais, isto não vela a distinção entre operários e pequeno-burgueses. Temos aqui um aparente paradoxo: nem todos os "trabalhadores" trabalham! Imagino o leitor, cabelos em pé, se perguntando: de que, raios, se trata? O que, cargas d'água, distingue o trabalho assalariado do operário do trabalho assalariado do assistente social e do professor?

Para irmos direto ao nóculo central da questão, relembremos que a distinção entre o trabalho e as outras práxis social não está nem na sua forma, nem na sua "materialidade", nem na sua relação com a produção da mais-valia. O que torna o trabalho a categoria *fundante* -- e todas as outras práxis sociais *fundadas* -- é sua *função social*. É a função social do trabalho que o distingue de todas as outras formas de atividade humana, independente de eventuais semelhanças na forma, na materialidade (aqui sem aspas) ou na relação com o capital. A questão central é, portanto, a diferença ontológica entre a função social do trabalho e das outras práxis sociais. Para Marx o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz de forma imediata e direta os bens materiais sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e é isto que o distingue das outras práxis sociais.

A forma socialmente concreta que assume esta relação com a natureza é determinada historicamente. Nas sociedades mais desenvolvidas, com uma divisão social de trabalho mais rica, o trabalho é um complexo de profissões e atividades que se encarregam da reprodução da base material da sociedade, uma forma

¹⁹ Atenção, aqui. Por algo ser "aparente" não segue necessariamente que seja falso (ou verdadeiro) mas apenas que é algo dado imediatamente à percepção. O que é metodologicamente incorreto, neste nosso exemplo, é tomar a aparência pela totalidade do existente.

historicamente muito distinta daquela das sociedades mais primitivas, meras produtoras de valores de uso. Em que pese estas diferenças, sem o trabalho nenhuma sociabilidade poderia se reproduzir pelo simples motivo que sem a transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social não há vida humana possível.

A realização do trabalho -- repetimos, esta relação do homem com natureza pela qual se produz a base material das sociedades -- é a necessidade primeira e a razão de ser decisiva de toda organização social, por isso cabe a ele o momento predominante na reprodução da totalidade social. As necessidades que surgem no trabalho terminam por se impor à todas as relações e práxis sociais com um peso muito maior do que as necessidades que emergem nos outros complexos sociais, na enorme maioria dos casos.²⁰

Ora, para que o trabalho pudesse se efetivar nas sociedades de classe era, e é, necessário muito mais do que as relações primitivas, simples, quase diretas, entre o homem e a natureza. São necessárias outras práxis sociais que preparam e criam as condições sociais indispensáveis para que o trabalho se efetive. Sem o Direito, por exemplo, o trabalho explorado jamais poderia se efetivar. Contudo, isto significa que o Direito "funda" o trabalho do escravo, do servo, do operário? Certamente que não. É a necessidade e a possibilidade, posta pelo desenvolvimento das forças produtivas (no caso, o desenvolvimento do trabalho excedente) que funda a necessidade do Direito.

Do ponto de vista da reprodução social, o Direito é tão indispensável à sociedade de classes quanto o trabalho explorado. Sem um ou outro a sociedade não poderia existir enquanto tal. Contudo, isto significa que exercem funções sociais equivalentes? Pelo contrário, por mais que os magistrados legislem, não produzirão jamais os bens materiais necessários à reprodução social. Por isso, se os juizes deixarem de trabalhar vários meses por ano, a base material da sociedade continuará a se reproduzir provavelmente sem maiores perturbações. Contudo, se os trabalhadores cruzarem os braços por alguns poucos dias, a reprodução da sociedade se inviabiliza por completo. Uma greve de poucas horas no setor energético pode paralisar toda a reprodução material da sociedade, ao contrário de uma greve de assistentes sociais ou de professores.

Por sua vez, as práxis sociais que não são trabalho exercem uma função em tudo distinta da função do trabalho. Realizam e reproduzem as relações dos homens entre si, e não entre os homens e a natureza. Elas atuam na organização das relações entre os homens de tal modo a atenderem às necessidades que, de forma predominante

²⁰ Na enorme maioria dos casos, pois há momentos em que outros complexos sociais exercem o momento predominante no desenvolvimento da reprodução social. Pensemos numa revolução, por exemplo, na qual a esfera da política e da luta de classes exerce tal influxo sobre a totalidade social que pode determinar até mesmo a forma do trabalho (pensemos na abolição da propriedade feudal e libertação dos servos no contexto dos primeiros meses da Revolução Francesa).

(o, que, portanto, não quer dizer exclusiva²¹), brotam da reprodução da base material -- do trabalho, portanto.

Para voltarmos ao nosso exemplo, o professor e a assistente social realizam práxis que podem ser fundamentais para que um dado ato de trabalho se realize (a produção do Passat com a nova tecnologia), contudo não vão além de momentos preparatórios do próprio ato de trabalho enquanto tal. Enquanto momentos preparatórios podem até mesmo ser indispensáveis para que "aquele" ato de trabalho se realize, contudo não são o ato de trabalho propriamente dito.

E isto porque, preparar a produção do carro não é *ainda* a sua produção; planejar uma usina hidroelétrica não é *ainda* a sua construção nem a geração de energia elétrica; fazer a propaganda de um produto a ser lançado, de tal modo a criar um mercado para o mesmo, *ainda* não é a produção do produto enquanto tal. Para sermos breves: se uma sociedade se limitasse a preparar os atos de trabalho, mas não os efetivasse realmente, sua reprodução seria a mais completa impossibilidade. Pois é no trabalho, e não nas atividades que o preparam, que temos a transformação da natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. É no trabalho que ocorre a reprodução da base material das sociedades: é esta função social que distingue o trabalho de todas as outras práxis.

Se nos dermos conta desta distinção entre as funções ontológicas do trabalho e das outras práxis - com todas as devidas mediações -- preparatórias do trabalho, poderemos perceber mais facilmente que, para além da aparente semelhança de forma, "materialidade" e da relação assalariada acima mencionada, há realmente uma diferença decisiva entre cada uma dessas práxis. Esta diferença tem suas raízes na *qualidade* da causalidade a ser transformada.

No caso do trabalho, trata-se de transformar a natureza. Nela, as leis objetivas, as relações de causa e efeito (os nexos causais) não são construtos humanos mas dados pelo próprio desenvolvimento do ser natural. Apenas podemos transformar a natureza levando em consideração suas possibilidades e limites para se converterem naquilo que necessitamos. Não adianta quereremos algo que a natureza não permite, transformar água em machado ou descobrir a pedra filosofal permanecerá para sempre uma prévia ideação impossível de ser objetivada. Do mesmo modo, as conseqüências dos atos de trabalho são processualidades que incorporam, em alguma medida, determinações naturais, e enquanto tais interferem na nossa história. Por exemplo, há poucas dúvidas que a redução da camada de ozônio é um resultado da transformação da natureza pelos homens no contexto da sociabilidade capitalista. Esta redução, ainda que provocada pelos homens, é um fenômeno natural que terá que ser tratado como tal se quisermos corrigi-lo.

Algo ontologicamente distinto ocorre quando se trata de atos como os preparatórios do trabalho²² que analisamos acima. Eles visam organizar as pessoas

²¹ Sobre esta questão, cf. Lessa, S. *Sociabilidade e Individuação - a categoria da reprodução na Ontologia de Lukács*. EDUFAL, Maceió, 1995.

para que se comportem em uma dada forma (o operário deve aprender para operar o novo torno, etc.). Nesta relação atuam, sempre, tanto o convencimento quanto a repressão, a opressão do homem pelo homem e a ideologia. Ao interferirem sobre a consciência dos indivíduos para que ajam num determinado sentido (esta é a função da aula de informática, do acompanhamento da assistente social, bem como do magistrado ao fazer as leis, etc.), desencadeiam outras *posições teleológicas* e não processualidades naturais. Ou seja, o resultado "concreto" (nova canja ao nosso "sociólogo") da atividade do professor e do assistente social é um ato teleologicamente posto e não um carro.

Esta diferença qualitativa entre as práxis do professor, do assistente social, do magistrado, etc. e a práxis do operário, como não poderia deixar de ser, tem conseqüências sobre a própria constituição de tais atos. Na práxis do professor e da assistente social, os "meios" e os "fins" são aqueles adequados a fazer com que o operário se comporte na linha de montagem na forma desejada. Por isso, a capacidade em convencer o operário, em adestrá-lo, em ser "claro, didático, de fácil comunicação", etc., são qualidades exigidas para que a práxis "dê certo". Aqui a ideologia é uma mediação imediata. No caso da práxis do operário, são decisivos outros "meios" e "fins": ele deve conhecer as qualidades e possibilidades objetivas das ferramentas e do material a ser transformado -- e está completamente fora de questão ele "convencer" a chapa de ferro a se comportar como carro!

Em um caso, o resultado da práxis é o desencadeamento de novas posições teleológicas por outros indivíduos; no outro caso, é o desencadeamento de "nexos causais" na esfera da causalidade. Esta diferença fundamental entre os atos de trabalho e as práxis preparatórias dos atos de trabalho reflete a distinção fundamental da função social de cada um: o trabalho produz a base material da sociedade, as outras práxis atendem às necessidades socialmente postas para que os atos de trabalho possam se efetivar na forma historicamente necessária à cada sociedade, a cada momento. Não é preciso argumentar, depois de tudo o que vimos que, a cada momento da história, a forma historicamente particularizada do trabalho que nele se faz presente não poderia existir sem as outras práxis que organizam os homens para tornar viável a reprodução daquela formação social específica. E vice-versa, sem aquela forma historicamente determinada de trabalho não haveria a base material para o desdobramento das outras práxis que não o trabalho. Sem trabalho não há reprodução e sem reprodução não há trabalho: são verdadeiras determinações reflexivas, isto é, são categorias que apenas existem nesta relação.

²² Certamente não nos referimos aqui aos atos de trabalho preparatórios de outros atos de trabalho (por exemplo, a produção de chapas de aço para a produção de carros). A produção de matérias primas já é em si um ato de trabalho, e os processos de produção são, claro, uma cadeia de atos de trabalho (assim como todo ato de trabalho é, de fato, uma cadeia de atos de objetivação, etc.). Se isto complexifica a análise de cada ato de trabalho enquanto tal, em nada altera o essencial do que aqui nos referimos.

Contudo, o fato de não existirem separadas uma da outra não significa que sejam *idênticas*.

Foi para distinguir entre estas duas distintas funções sociais básicas dos atos humanos que Lukács distinguiu, após Marx, entre o trabalho e a reprodução social.

Para resumir: todos os atos humanos possuem a mesma forma (objetivação de teleologias), todas as práxis são indispensáveis à existência da sociedade à qual pertencem, todas as distintas práxis, com maiores ou menores mediações, se relacionam com a produção dos bens materiais; e, na sociedade contemporânea, a enorme maioria das atividades são reduzidas ao trabalho assalariado. O que as distingue enquanto trabalho e outras formas de práxis são suas distintas funções sociais. Ao trabalho cabe a reprodução da base material da sociedade; às outras formas de práxis cabem as funções preparatórias (as mais diversas) indispensáveis à realização dos atos de trabalho historicamente necessários.

4. Serviço Social e Trabalho

Como em "Serviço social e trabalho: de que se trata?"²³ já argumentamos que a identificação entre o trabalho e as outras práxis como o Serviço Social implica a negação da tese marxiana da centralidade ontológica do trabalho, abrindo com isso o campo para um retorno a concepções de cunho liberal, quando não claramente conservadoras, não voltaremos aqui a este aspecto da questão. O que faremos agora é explorar algumas das suas outras conseqüências.

Se afirmamos que o Serviço Social é um "processo de trabalho", deveremos demonstrar:

1) ou que o Serviço Social opera a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social;

2) ou, então, que o trabalho, hoje, pela "reestruturação produtiva", pelo "impacto das novas tecnologias" e "formas gerenciais", é ontologicamente distinto do trabalho da época de Marx, de tal forma que, hoje - mas não no século XIX --, as atividades preparatórias do trabalho são efetivamente trabalho. Ou seja, temos que criar um novo conceito de trabalho distinto do de Marx;

3) ou, última possibilidade, temos que demonstrar como a "natureza" já não existe em-si, tendo sido completamente convertida em relações sociais pelo desenvolvimento das forças produtivas. Sem a natureza, obviamente, desapareceria toda distinção entre trabalho e as outras atividades humanas.

A primeira e a terceira alternativas são evidentemente muito frágeis. Que o Serviço Social não atua sobre a natureza, mas sobre a "questão social", é algo tão estabelecido na profissão que não é necessário sequer argumentar a respeito. A terceira alternativa nos colocaria imediatamente no campo do idealismo, mais precisamente entre algumas vertentes da Escola de Frankfurt. Nenhum problema em se

²³ Op. cit.

ser frankfurtiano, mas que não se afirme as suas teses pretendendo interpretar a Marx, pois se trata de coisas bastante distintas.

A segunda alternativa é a mais interessante. Seu núcleo é a tese, à qual examinamos em "Serviço Social: trabalho produtivo e improdutivo"²⁴, segundo a qual as atuais transformações tecnológicas, gerenciais e administrativas fundiriam trabalho produtivo e improdutivo em uma nova forma de "trabalho". A tese de Negri e Lazzarato acerca do "trabalho imaterial" vai nesta vertente.

Pois bem, admitamos então que, nas novas condições sócio-históricas, o assistente social e o professor trabalham, assim como o operário. Não que sejam atividades idênticas porque assalariadas, mas porque a produção dos bens materiais necessários à reprodução social é feita, sob as novas condições produzidas pela "reestruturação produtiva", também pelas atividades que visam a organização da produção enquanto tal. Em sendo assim, o assistente social e o professor, assim como o operário, participariam do mesmo processo produtivo o qual, nas novas condições, se iniciaria na entrevista e nas salas de aula e terminaria na linha de montagem.

Se isto fosse verdade, poderíamos com toda legitimidade levar o argumento adiante. Por que o vendedor do carro, para continuar com nosso exemplo, não seria igualmente um "produtor" tal como o operário? Sem sua atividade de venda a produção do carro seria tão impossível como sem a aula do professor e a entrevista da assistente social. Para sermos coerentes, teríamos que afirmar o vendedor também como um produtor dos bens necessários à reprodução social. Mas, se o vendedor o é, o que dizer do administrador de empresas que gesta a montadora em que trabalham nosso professor, assistente social, operário, e cujo produto o vendedor vende? Sem a administração a montadora não poderia funcionar, portanto sua atividade é tão "indispensável" à produção quanto o trabalho do operário e do professor, do assistente social e do vendedor. Portanto, coerência inquestionável, o administrador e o operário são igualmente produtores nas novas condições históricas em que vivemos. E o que dizer do proprietário do capital que tornou a existência da fábrica uma realidade? Sem seu investimento a produção não poderia ocorrer. Portanto ele é tão indispensável - tão "necessário" -- à produção quanto o operário, o professor, o vendedor, o administrador e o assistente social.

Quase sempre, ao se chegar a este ponto, os debates dos quais temos participado sobre uma inflexão. Argumenta-se, em resumo, que nosso raciocínio estaria "forçando a barra" pois, entre os que identificam Serviço Social e trabalho, ninguém jamais postulou ser o capitalista um trabalhador, pois enquanto este é explorado aquele é proprietário de capital.

²⁴ *Mimeo*, Maceió, 2000.

Tanto quanto conseguimos perceber²⁵, há aqui um equívoco.

Do ponto de vista da "necessidade", o capital é tão indispensável para a produção do Passat do nosso exemplo quanto a atividade do operário, do vendedor, do professor, do assistente social e do administrador. No que diz respeito à necessidade, todos são rigorosamente idênticos, pois o processo de trabalho de qual se trata seria distinto na ausência de qualquer um deles.

O que está equivocado - e é isto que estamos tentando apontar - é o "argumento da necessidade". Ou seja, o que está equivocado é argumentar que, em sendo necessária para a produção do Passat, a atividade do assistente social seria trabalho tal como a atividade do operário. É desta perspectiva da "necessidade" que, na maior parte das vezes, tenta-se argumentar ser o Serviço Social trabalho partindo da categoria marxiana de "trabalhador global" ou "trabalhador coletivo" (*Gesamtarbeiter*). Sem entrar no exame desta categoria, apenas assinalaremos que ela não serviu, em Marx, para se reduzir todas as atividades ao trabalho. Com esta categoria queria ele colocar em relevo as qualidades do processo global que não se fazem presentes nos atos humanos singulares -- e jamais a utilizou para velar as distinções entre trabalho e as outras práxis, nem para transformar a pequena burguesia em classe trabalhadora.

Uma variante deste argumento do trabalhador coletivo se apresenta, por vezes, por uma peculiar leitura da tese de José Paulo Netto segundo a qual o Serviço Social seria uma profissão cuja gênese situa-se na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista industrial. Argumenta-se, sem qualquer rigor que, por ser resultante do avanço da divisão do trabalho, o Serviço Social seria também trabalho. O profundo equívoco deste tipo de colocação está em se esquecer que a "divisão sócio-técnica do trabalho" é um processo pelo qual, com o desenvolvimento das forças produtivas, surgem novas atividades *que não são trabalho*, ainda que tenham sua gênese - em última instância, sempre - determinadas pelas necessidades e possibilidades de desenvolvimento social fundadas pelo trabalho. É precisamente este o caso do Serviço Social: uma profissão que surge com o aprofundamento das contradições sociais do capitalismo contemporâneo, contradições estas que têm seu fundamento material na conversão da força-de-trabalho em mercadoria, sem contudo exercer nenhuma das funções sociais de intercâmbio orgânico e produtor do "conteúdo material da riqueza". O fato de se originar do aprofundamento da divisão sócio-técnica do trabalho é um forte indício do fundamento material da "necessidade" do Serviço Social para a reprodução da sociedade capitalista desenvolvida; contudo, o desafio aqui está em se apontar algum complexo social significativo que não seja "necessário" à reprodução da sociedade da qual é partícipe. O "argumento da

²⁵ Tanto quanto conseguimos perceber, porque até agora o debate tem sido muito mais oral do que escrito, situação que deve se alterar ao longo do ano de 2001.

necessidade", nesta sua variante, a nosso ver é tão equivocado quanto nas suas outras formas.

Do ponto de vista da "necessidade", repetimos, não há qualquer distinção significativa entre o operário e o capitalista. Tanto é assim que, ao apontar que meu argumento estaria "forçando a barra", abandonou-se o "argumento da necessidade" e adotou-se um outro critério, este sim válido e correto, para distinguir o operário do capitalista: um é explorado e outro é proprietário do capital. Saímos do terreno da "necessidade" e adotamos um outro critério: as suas respectivas inserções, as suas respectivas funções, no processo produtivo (explorado e proprietário de capital).

Ao adotar este critério da função social - desconsiderando, portanto, o "argumento da necessidade" - estamos no terreno teórico adequado para distinguir o trabalho das outras práxis sociais e, em se tratando da sociabilidade em que vivemos, os operários das outras classes sociais. O trabalho, diferente de todas as outras práxis, realiza o intercâmbio orgânico com a natureza e produz o "conteúdo material da riqueza (*stofflichen Inhalt des Richtums*), qualquer que seja a forma social desta"²⁶.

Na sociedade capitalista, a classe operária é a única que "trabalha", que produz o "conteúdo material da riqueza" da qual vivem todas as outras classes sociais. Estas vivem da expropriação do trabalho excedente do operário, quer diretamente (a burguesia) quer indiretamente, recebendo seu salário pela mediação do Estado (os funcionários públicos, entre os quais temos a maioria dos assistentes sociais) ou dos empresários privados (os assistentes sociais que trabalham em empresas particulares).

Do ponto de vista não da "necessidade" mas da função social, temos agora um critério referenciado no processo material que nos permite compreender a relação entre o trabalho, a reprodução social e as classes sociais: o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens porque realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, intercâmbio este que é a "condição eterna" da vida humana. Ao produzir o "conteúdo material da riqueza", o trabalho distingue os homens da natureza e possibilita a reprodução social. Na sociedade capitalista, esta relação não é cancelada, antes assume uma forma histórica particular. O intercâmbio orgânico com a natureza é o que caracteriza a atividade da classe operária, é ela por isso que realiza o trabalho, "condição eterna" da vida humana e produtor do "conteúdo material da riqueza". As outras atividades que não atuam neste intercâmbio cumprem diversas e distintas funções²⁷ relacionadas, de um modo ou de outro, com a organização das relações sociais tendo em vista um dado padrão de reprodução

²⁶ Marx, K. *O Capital*, op. cit., pg. 46.

²⁷ Funções essas cujas gêneses têm suas raízes, em última instância, nas possibilidades e necessidades criadas pelo próprio ato de trabalho, como vimos.

societária. Todas estas atividades voltadas à organização social -- e não ao intercâmbio orgânico com a natureza -- não são nem poderiam ser trabalho, do mesmo modo como o operário e o capitalista não pertencem nem podem pertencer à mesma classe social. Todavia, e aqui está um dos equívocos da identificação entre Serviço Social e trabalho, todas estas atividades (e todas estas classes sociais) são igualmente "necessárias" em se tratando da reprodução da sociedade que conhecemos.

Em resumo:

1) se identificamos Serviço Social e trabalho pelo "argumento da necessidade" nos colocamos em um terreno teórico e ideológico pantanoso, pois sendo todas as atividades igualmente "necessárias" para a reprodução social (a ausência de qualquer uma delas altera em alguma medida o processo global), não nos resta outra alternativa senão reconhecer a "necessidade" do capital para que nossa sociedade se reproduza enquanto tal. Se o Serviço Social é trabalho porque é "necessário", por que não o seria também o capital, tanto ou mais "necessário" que a profissão na reprodução da sociedade em que vivemos?

2) Para evitarmos este evidente absurdo a única alternativa, da perspectiva marxiana, é a adoção de um outro critério que não o da "necessidade": o critério da função social. Ele nos permite distinguir claramente o trabalho das outras práxis sociais pois apenas ele cumpre a função de "intercâmbio orgânico com a natureza", produzindo o "conteúdo material da riqueza".

3) A partir do critério da função social as classes sociais podem ser distinguidas com suficiente clareza a partir do local que ocupam na estrutura produtiva. Em se tratando do capitalismo em que vivemos, os operários produzem o "conteúdo material da riqueza" e por isso formam a única classe que vive da riqueza por ela própria produzida. Todas as outras classes sociais, *burguesa* ou *assalariadas não-operárias*, vivem direta ou indiretamente (e esta distinção não é politicamente pouco importante) da expropriação da riqueza produzida pelos operários. Sem esmaecer o fato de a burguesia e os assalariados não-operários viverem da exploração do trabalho operário, a distinção entre elas está no fato de se desdobrar, concomitantemente, uma outra relação de exploração entre o capital e estas formas de assalariamento não-operário. Tal relação de exploração tornou-se historicamente possível pelo fato de o capital haver incorporado ao seu processo de valorização uma série de atividades humanas que não são trabalho, pelo fato de o trabalho abstrato ser muito mais amplo que o intercâmbio orgânico com a natureza.

A linha de argumentação que se apóia no "argumento da necessidade" se aproxima, independente da vontade de quem o emprega, de algumas formulações típicas da ideologia burguesa: a tese segundo a qual o capital seria tão "produtor" de riquezas quanto o trabalho e que, portanto, operários e capitalistas nada mais são que parceiros de uma mesma empreitada (claro, com o espaço para todas as atividades "produtivas" intermediárias do administrador, do professor, do assistente social,

etc.) As falsas interpretações dos processos sociais (por exemplo, o cancelamento das classes sociais e da luta de classes, etc.) daqui decorrentes são muitas e bem conhecidas.

Concluindo: o Serviço Social é um complexo social da esfera da reprodução. Não é trabalho, nem processo de trabalho, porque não efetua transformação da natureza nos bens materiais necessários à sociedade, antes participa como uma das mediações que, indiretamente na maior parte das vezes, organizam a sociedade de tal modo a tornar a produção material (o trabalho) possível na sua forma contemporânea, capitalista. Neste preciso sentido, embora seja um assalariado, o assistente social, como todo outro assalariado não-operário, vive da riqueza produzida pela classe operária. Do mesmo modo como é um equívoco científico velar as distinções entre reprodução e trabalho, reduzindo a este todas as atividades humanas, o é também velar a distinção entre a pequena-burguesia e os operários -- dissolvendo-nos a todos nos anódinos conceitos de "assalariados" ou "trabalhadores", que perdem assim toda sua substância material.